



Imagem: Adobe Stock

Protagonismo Negro e a Educação no Brasil¹

Vínicus Felipe Gomes

Professor de Ensino Fundamental II e Médio
EMEF Adolpho Otto de Laet - DRE Jaçanã/Tremembé

¹ A conclusão e a idealização deste artigo seriam impossíveis sem a contribuição fundamental de meu amigo e companheiro de turma do curso de Pedagogia na Universidade Federal de São Paulo, Sandro Merg Vaz, o qual foi o responsável pela construção cronológica do Movimento Negro no Brasil, bem como a escolha do texto “vozes da África”, contido na primeira parte deste trabalho. Este trabalho faz parte de estudos compartilhados, debates, descobertas e notas de nossas aulas na disciplina de História da Educação.



RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os movimentos negros a partir da ótica da educação no Brasil, utilizando paralelamente os textos de Gomes, Gonçalves e Silva. Temos como por objetivo, entender como esses movimentos protagonizaram a luta pela educação em nosso país. Para responder tal questionamento, partimos da observação de fases do movimento negro no Brasil bem como sua participação na formulação de Políticas Públicas Educacionais.

Palavras-Chaves: Educação, movimento negro, políticas públicas.

Introdução

No final do século XX e início do século XXI, houve avanços importantíssimos do ponto de vista racial no Brasil. A Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 12.711/13 são o nosso ponto de partida para uma análise dos avanços em relação às políticas públicas de equidade racial.

Por se tratarem de leis, temos o comum engano de acreditar que o debate, elaboração e aplicação delas tenham como dinamismo o poder público e, assim sendo, apagamos ou minimizamos a participação de sujeitos, entidades e instituições em um processo longo e diversificado para o estabelecimento de tais legislações.

Pretendemos debater temas com leituras de outras áreas, tendo dois objetivos: analisar as fases dos movimentos negros no Brasil, e a participação dos movimentos negros na formulação de Políticas Públicas Educacionais. Tal esforço tem como ponto final evidenciar como os movimentos negros do Brasil protagonizaram a luta pela educação.

Não temos como deixar de pensar no sofrimento causado aos povos negros pelo homem branco europeu. Além de todos os

castigos físicos perpetrados por séculos, os colonizadores simulam uma pseudolibertação dessa massa, negando-lhes a chave para uma equalização social: a educação. Como pensar em um projeto de nação com a hipocrisia sórdida da diferenciação? Com um racismo suave e velado que ainda perdura no século XXI? A saída sempre esteve na luta das minorias em conjunto com os setores progressistas. O poema do abolicionista Castro Alves pode nos orientar nesse processo de anamnese

VOZES D'ÁFRICA

Deus! ó Deus! onde estás que não respondes?

Em que mundo, em qu'estrela tu t'escondes

Embuçado nos céus?

Há dois mil anos te mandei meu grito,

Que embalde desde então corre o infinito...

Onde estás, Senhor Deus?...

(...)

Hoje em meu sangue a América se nutre

— Condor que transformara-se em abutre,

Ave da escravidão,

Ela juntou-se às mais... irmã traidora

Qual de José os vis irmãos outrora

Venderam seu irmão (ALVES, 2009).

I. As fases do Movimento Negro no Brasil

Ao analisar os textos de Gonçalves e Silva (2000) e Gomes (2011), percebemos quatro fases distintas das ações dos movimentos negros brasileiros referentes à educação: a de exclusão absoluta, a autônoma, a de cobrança ao Estado e a áurea, com os maiores avanços obtidos na fase de redemocratização do Brasil. Por fim

buscamos entender os movimentos pós-2016, como resultantes de uma reformulação das estruturas do Estado brasileiro. Portanto, nesta primeira etapa iremos de maneira cronológica apresentar as fases do movimento negro no Brasil e suas formas e ferramentas de atuação.

A. Fase da Exclusão Absoluta

Desde a colônia, a questão da educação dos negros do Brasil foi alvo da não ação do Estado. Tanto por proibir qualquer acesso dos africanos escravizados à escola quanto encará-los como um entrave à modernidade do país. Como enfatiza Gonçalves (2000):

Quando relemos as críticas lançadas à atual situação educacional dos negros brasileiros, encontramos dois eixos sobre os quais elas foram estruturadas: exclusão e abandono. Tanto uma quanto o outro têm origem longínqua em nossa história (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 135).

Além do referido descaso, pressões da elite conseguiram forçar a aprovação da Lei do Ventre Livre com alterações em relação a sua redação inicial. Onde se desejava que as crianças nascidas de mulheres escravas a partir de 28 de setembro de 1871 fossem educadas. Por pressão dos senhores de escravos², esses foram isentos de qualquer responsabilidade sobre o tema. A legislação ainda previa que somente seriam educadas aquelas crianças que fossem entregues ao governo, por meio de estabelecimentos públicos destinados a esse fim, por seus proprietários mediante indenização. Segundo Gonçalves e Silva (2000), esta ação poderia ter beneficiado a população negra da época, portanto,

Sendo assim entendemos que:

Quando relemos as críticas lançadas à atual situação educacional dos negros brasileiros, encontramos dois eixos sobre os quais elas foram estruturadas: exclusão e abandono. Tanto uma quanto o outro têm origem longínqua em nossa história (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 135).

Quando nos interrogamos acerca do abandono a que foi relegada a população negra brasileira no que se refere à educação escolar, não podemos deixar de considerar os dados supracitados. Por parte do Estado, houve, na segunda metade do século XIX, uma iniciativa concreta que, se correspondida à altura, poderia ter mudado a condição educacional na qual os negros ingressaram no século XX (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 137).

Na prática, isso não ocorreu, pois outros artigos da referida lei permitiam aos senhores usufruir do trabalho das crianças libertas até os 21 anos. Além disso, muitos desses senhores enviavam até os jovens pardos para a Casa dos Expostos, pois era mais lucrativo manter suas mães como ama-de-leite do que receber a indenização do governo, ou seja, mais uma vez o Estado nega educação ao povo miscigenado por meio de suas leis, isso é perceptível ao constatar que apenas 113 crianças (ou 0,02%) foram encaminhadas às instituições de acolhimento. Por fim, destacamos uma das mais antigas associações negras do Brasil, nas palavras de Gonçalves.

Tomemos, como exemplo, os eventos organizados por uma das mais tradicionais e insuspeitas organizações negras no Brasil, a Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora, de Porto Alegre. Entidade fundada em 1872, conserva em seu patrimônio uma importante história de luta contra o racismo no Brasil. Entre suas iniciativas visando à educação, ainda no século passado, conforme registros em livros e atas da entidade, como lem-



2 Era o nome utilizado na época para designar pessoas das classes abastadas que haviam comprado pessoas em situação de escravidão.

bra o militante Nelson Santana, está a reserva financeira formada com a contribuição que os associados retiravam de seus

salários para que fosse ensinado a ler e escrever aos que não tiveram acesso à escola (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 152).

B. Fase Autônoma

Após a Proclamação da República houve uma profusão de novas iniciativas da comunidade negra. As décadas de 20 e 30 foram proficuas na criação de periódicos como “O Clarim d’Alvorada”, “O Progresso” e “A Voz da Raça”, cujos inflamados artigos conclamavam a população negra aos estudos, como forma de ascensão social e obtenção de respeito de toda a sociedade, às vezes em formas de críticas exacerbadas, culpando a indolência do seu público-alvo:

como se dirigiam a um grupo que se distinguia no interior da comunidade negra, ou seja, um grupo do qual poderiam emergir lideranças, os jornais não poupavam críticas ao comportamento da maioria da comunidade. Por exemplo, atribuíam, às vezes, aos próprios negros a responsabilidade pela precária situação educacional da comunidade negra (GONÇALVES; SILVA, 2000 p. 141).

Como esse público-alvo era composto por uma grande maioria de analfabetos, os jornalistas transformaram-se em oradores, em grandes datas comemorativas a fim de divulgar seus ideais aos que não poderiam ler. Assim eles criaram um contingente de iletrados que seguiam seus artigos através da leitura de filhos e netos. Também tinham forte papel na divulgação das iniciativas educacionais, sempre independentes e autofinanciadas.

A desconfiança com a manutenção das oligarquias pós-República e a total falta de subvenção do Estado a essas iniciativas, fizeram com que a comunidade se mobilizasse a fim de mitigar essa situação, “como se pode ver, contrariamente ao que se supunha, a ação dos movimentos negros se constituía muito mais na autonomia do que na tute-

la. Pouco se esperava do Estado, porque se desconfiava dele” (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 146).

Toda essa militância jornalística negra faz com que ao final dos anos 1930 surjam movimentos mais articulados e integrados, especialmente nas capitais e grandes cidades. Tendo como expoente a Frente Negra Brasileira, essas associações fomentaram várias iniciativas educacionais próprias, sem requisitar o auxílio do Estado.

Fundada em São Paulo em 1931, a Frente Negra Brasileira foi responsável pelo maior sucesso educacional na época, tendo alfabetizado mais de 4.000 alunos e do ensino primário e de formação social a outros 200, inclusive de outras “raças” e remunerando os educadores com recursos próprios. Seus cursos de formação política visavam à reconstrução da autoestima negra, a fim de mudar o seu comportamento futuro, o que levou à formação de várias lideranças que continuaram a luta através da criação de outras associações, como o Centro Cívico Palmares. Infelizmente, devido à falta de recursos financeiros para ampliar a sua atuação e tendo se tornado um partido político em 1936, foi extinta pela ditadura Vargas em 1937.

Em todo o Brasil, várias outras associações tiveram impacto no fomento da educação e conscientização da negritude brasileira. O Instituto São Benedito (1915), em Pelotas (RS) e a Frente Negra Pernambucana (1936) tiveram papel importante, tanto na formação política e educacional da sua comunidade, bem como na construção de movimentos de âmbito nacional, que ocorreria na fase seguinte.

C. Fase de cobrança ao Estado

Dedicamos neste momento, especial atenção ao período de 1945 e 1985, para destacar uma das fases de maior crescimento e articulação dos movimentos negros. Por meio de alianças com setores progressistas da sociedade, bem como intelectuais brasileiros e estrangeiros, as associações foram capazes de influenciar o Estado com ambiciosas propostas e requisições.

A partir de estudos de Florestan Fernandes e de Roger Bastide, que acabaram por desconstruir o mito do nosso paraíso racial, o tema da negritude ficou cada vez mais em voga neste período. Com a criação do Teatro Experimental Negro (TEN), em 1944, Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos elevam o patamar intelectual e de alcance do movimento negro até então. Com viagens e contatos com outras associações por todo o Brasil, preparando a “1ª Convenção Nacional do Negro do Brasil”, conseguiram influenciar inclusive a Constituinte de 1946, ainda que tenham perdido apoio parlamentar e de outras associações importantes (como a UNE – União Nacional dos Estudantes), sob a alegação de racismo reverso.

O TEN foi de importância fundamental nesse período, pois muda o foco das ações: tendo o combate ao racismo como protagonista, devolve ao Estado o de-

ver de educar os seus cidadãos, como diz Gonçalves e Silva

Não por acaso, os idealizadores do Teatro Experimental do Negro criticam radicalmente o modelo proposto pelos militantes paulistas. Segundo eles, assumir para si aquilo que seria tarefa do Estado, acabou criando uma espécie de isolamento do negro, um tipo de gueto (Gonçalves, idem, p. 125-126). A esse respeito, Guerreiro Ramos não poupava palavras. Via o otimismo dos fretenegrinos como uma espécie de afecção mórbida, resultante de uma incapacidade de agir (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 146).

Além disso, o TEN acrescentou um novo elemento de junção de educação e cultura. Mais do que aprender a ler e escrever, o negro necessitava remover de si o seu sentimento de inferioridade que estava profundamente enraizado na sociedade desde sempre. Por meio do teatro, as neuroses poderiam ser tratadas como terapia grupal. Além disso, se propunha a formar intelectuais que pudessem criticar as raízes estrangeiras da cultura brasileira. Mesmo com seu término, o TEN iria influenciar a próxima geração de movimentos negros no Brasil.

D. Fase Áurea

Os ventos da democracia aos poucos voltaram a soprar, ainda que na fase derradeira da Ditadura Militar. Com a Lei da Anistia de 1979 e o consequente retorno dos maiores intelectuais e políticos progressistas do exílio, o Brasil entrou em uma efervescência político-cultural, iria ampliar, quantitativa e qualitativamente,

os movimentos negros da época, em especial o Movimento Negro Unificado, em seu manifesto contra a discriminação, de 1978. Como afirma Gonçalves e Silva:

Inicialmente, o próprio movimento negro gerou novas organizações, mais competentes para lidar com o tema da educação.

Isto se explica, em parte, pelo aumento do número de militantes com qualificação em nível superior e médio. Passa-se a compreender melhor os mecanismos da exclusão e, por consequência, como combatê-los de forma mais eficiente. A via acadêmica, por maior que seja a crítica que a ela se possa fazer, aumentou a comunicação entre os pesquisadores que estudam o assunto, e entre estes e os militantes negros. Pelos registros que tínhamos disponíveis, parece-nos que esse aumento de comunicação propiciou novas formas de trocas de experiências, e, mais do que isso, de conhecimento (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 149-150).

A criação do Dia da Cultura Negra, em 20 de novembro, homenageia Zumbi dos Palmares e reafirma a luta de seus herdeiros contra o racismo, também dá início a uma série de eventos, como o debate da discriminação nos sistemas de ensino na “Conferência Brasileira de Educação” – CBE, em 1982. Nesse mesmo ano houve a realização da “1ª. Convenção do Movimento Negro Unificado”, na cidade de Belo Horizonte, que discutiu questões como o maior acesso dos negros em todos os níveis educacionais, criação de bolsas e formas de aumentar a permanência desses estudantes no sistema de ensino. Tal movimentação tem como re-

sultado no âmbito legal o estabelecimento no ano de 2011 da Lei 12.519/11 que tem por finalidade reconhecer o dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro (BRASIL, 2011).

A vitória de partidos progressistas nas eleições de 1982, fez com que fossem inseridas nas plataformas de governo, ações mais afirmativas na questão educacional dos negros, pois muitos dos assessores vieram dos movimentos supracitados. Mudanças nos currículos escolares e nos livros didáticos foram conquistas dessa época, bem como o florescimento de outras formas de educação inclusivas por todo o país.

A pressão da parcela negra sobre a sociedade brasileira só iria aumentar aos longos dos anos seguintes. Através de dois encontros nacionais sobre a Realidade do Negro na Educação, que levantou propostas concretas para o tema, bem como o **Centenário da Abolição em 1988.**

Com os resultados obtidos, foi perceptível a influência de diversos órgãos governamentais, federais, estaduais e municipais, tendo a constituição cidadã de 1988 como auge das conquistas até então.

II. Participação dos movimentos negros na formulação de políticas públicas educacionais

É fato que a aurora do século XXI trouxe ao debate, importantes temáticas até então marginalizadas não apenas pela sociedade e em partes pela academia. Produções que trazem ao centro questões relacionadas aos negros, bem como seus movimentos

políticos e sociais surgem em um número maior. Ao pensar a estrutura do racismo no mundo e sua sedimentação, caímos na falsa ideia de simplificar como essa estrutura foi montada, ignorando assim sua relação direta com algumas concepções atuais.

Os movimentos negros no Brasil, e no mundo, têm protagonizado um enfrentamento a essa estrutura de genocídio e preconceito contra vidas negras, entretanto ainda é muito comum a relativização dessa realidade com justificativa como “vidas humanas importam” ou até mesmo a acusação de racismo reverso. Diante desse debate, o papel da Educação, ganha uma importância fundamental, pois ela é a ponte entre a academia e comunidade, servido de espaço de reflexão e experimentação da ciência bem como a proliferação de concepções filosóficas e sociais e de equidade. Para Boaventura Santos,

qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural como em termos de diferença política, experiências sociais são constituídas por vários conhecimentos, cada um com seus critérios de validade, ou seja, são constituídas por conhecimentos rivais (SANTOS, 2009, p. 9).

Não pretendemos aqui debater a questão do programa da empresária Luiza Trajano ou a pauta e a atuação dos movimentos negros no Brasil e no mundo, mas com eles exemplificar

uma reivindicação que vai além das cotas raciais demandando a igualdade racial no mercado de trabalho, nos meios de comunicação, nas universidades públicas, na saúde, enfim, nos vários setores sociais em que a desigualdade racial se perpetua (GOMES, 2011, p. 151).

Toda ação no campo Política da Educação tem uma intencionalidade, ou seja, ela parte de um ponto, e é voltada para um grupo de sujeitos e por isso precisamos olhar para estas políticas públicas como ações políticas intencionais (KRAWCZYK, 2015). Sendo assim promover ações afirmativas tem a intencionalidade de alterar determinadas estruturas básicas da sociedade. No final do século XX e início do XXI houve a formulação de políticas públicas como a

Lei nº 10.639/03 que estabelece o ensino de história da África e Cultura Afro-brasileira e o estabelecimento das cotas raciais em todo o país. Mas qual a intencionalidade dessas políticas públicas?

Exclusão e abandono marcam a relação do Estado brasileiro com os negros. Como já abordado no presente texto, a Lei do Ventre Livre se mostra como um divisor de águas dessa situação, pois “crianças nascidas de mulheres escravas, a partir dessa data, eram livres e deviam ser educadas” (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 136). A educação dessas crianças era motivo de debates entre alguns intelectuais da época. Por um lado, havia aqueles que achavam necessário a libertação dos escravos, e por outro os que queriam condicionar essa libertação a um processo de letramento, com o objetivo de “libertar” essas crianças da cultura escravista.

A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, libertou os escravos do Brasil de forma definitiva. Gonçalves e Silva exploram o debate em relação a esse processo, uma vez que para a sociedade desse contexto, existia a necessidade de se estabelecer uma nova identidade para o povo brasileiro. Novos sujeitos como os migrantes e os negros libertos estavam diante de uma nova organização social pós-escravidão. Diversas foram as teorias raciais baseadas no darwinismo social e no racismo, podemos citar intelectuais do início do século XX como Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha que tinham como base teorias raciais sustentadas em pseudociência e biologia.

Dessa maneira, a consolidação do país como “nação civilizada” se deu por meio da estruturação do racismo, na república pós-abolicionista. Os negros, indígenas e mestiços libertos, não apenas das correntes, mas de todo e qualquer poder de representação, sem qualquer espaço de influência e de poder ficaram à margem das possíveis

benesses daquela prematura cidadania republicana (MUNANGA, 2009).

A Era Vargas estabelece então um novo item a esse cenário, a identidade nacional baseada em princípios socioculturais. Temas como o samba, futebol e a capoeira buscam promover a cultura desta nova identidade do brasileiro que tem na miscigenação sua maior marca enquanto povo. Nascia, assim, a partir de um grupo de pensadores, como Gilberto Freyre, o mito da “democracia racial”. Esse mito contribuiu para a reafirmação do racismo em sua estrutura, pois,

ao estudar a mobilidade social de brancos e negros no Brasil, mostra como tais desigualdades não derivam apenas das diferenças observáveis no ponto de partida de ambas as populações, mas são devidas, principalmente, às oportunidades desiguais de ascensão após a abolição (ROSEMBERG, 1998, p. 74).

Essa estrutura se baseia no pensamento liberal do início do século XX, em que o sucesso era de exclusiva responsabilidade do indivíduo, pois a sociedade era repleta de chances em que

militantes mais arrojados acabavam afastando possíveis adeptos da causa negra, simplesmente porque viam neles apatias, falta de vontade, promiscuidade ou até uma mentalidade de escravo que ainda não havia se libertado do cativo (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 145).

Faz-se necessário lembrar que a Educação era não apenas parte significativa da luta dos movimentos negros no Brasil, mas era fundamental “considerada espaço prioritário de ação e de reivindicação. Quanto mais a população negra liberta passava a figurar na história com o status político de cidadão” (GOMES, 2011, p. 136). Tais

movimentos, “de protestos dos negros com o formato de um ator coletivo moder-

no, que se constrói na cena política, lutando contra as formas de dominação social” (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 138). Não devemos esquecer que para alcançar mudanças sociais significativas e comportamentais de negros e negros brasileiros “seria necessário promover junto à escolarização, um curso de formação política”. (GONÇALVES; SILVA 2000, p. 144).

Ao relacionarmos esses itens a um contexto de luta por direitos civis e sociais mais amplos, podemos adicionar os Estados Unidos, que nesse processo contaram com figuras como Rosa Parks, Martin Luther King, Malcon X e Angela Davis, entre outras lideranças, que ao se posicionarem contra o Estado, foram criminalizados duplamente, primeiro por uma parcela mais conservadora da sociedade e da imprensa e, segundo, pelo próprio Estado repressivo.

No Brasil, a repressão do Regime Militar forçou uma articulação entre esses movimentos e grupos progressistas. Por aqui mesmo com a nova Constituição de 1988, a cidadania permanece um privilégio de brancos. Para Munanga, o racismo latino americano não está ligado à biologia, “ele faz parte de um racismo ‘novo’ se alimenta da noção de etnia definia como grupo cultural, categoria que constitui um léxico mais aceitável que a raça (falar politicamente)” (MUNANGA, 2000, p. 27). Gomes concebe a ideia de que o racismo pode ser visto por dois lados:

por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores (GOMES, 2005, p. 52).

Sobre essa estrutura, e sua constituição na prática, Hofbauer afirma que “todos os índices socioeconômicos revelam a existência de discriminação” (HOFBAUER, 2011, p. 55), entendemos então que existe um “racismo à brasileira”. Diante disso, a argu-





mentação de movimentos sociais é de que o caminho para superar tal conjuntura precisava passar por meio de uma transformação do processo educacional, pois “constituiu-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola” (BRASIL, 2004, p. 7). O contexto desse Brasil do século XXI demonstrava que o racismo estrutural pode ser perceptível em números, uma vez que

“pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação. (BRASIL, 2004, p. 7).

Outra Política Pública fundamental estabelecida no século XXI, foi a Lei nº 12.711 de 2012, que amplia o acesso ao ensino superior por meio de cotas raciais e que “tem favorecido um quadro político-social de inclusão da população negra e indígena em universidades e institutos federais antes nunca visto no país” (SANTOS, 2019, p. 2). Até 2016, mais de 20% das vagas em unidades de ensino federal do Brasil são ocupadas por jovens negros, segundo estimativas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (SANTOS, 2019, p. 2). As cotas afirmativas têm papel fundamental, uma vez que o acesso e a permanência em universidades são sempre menores no caso de estudantes negros, fazendo com que esses espaços sejam ocupados predominante e historicamente por brancos econômica e socialmente privilegiados. Quais os efeitos a médio e longo prazo dessas medidas? Como os jovens atingidos por elas reagem a essa política pública?

Mensurar qual o efeito em médio e longo prazo é algo que carece de dados e variáveis, que não se-

riam possíveis serem analisados neste trabalho. Porém, “não há como negar que as ações afirmativas mexem com a ideologia da democracia racial brasileira e colocam em xeque o discurso da tão propagada identidade nacional inclusiva e diversa” (GOMES, 2011, p. 151) e tais medidas se constituem como “as mais relevantes políticas criadas especificamente para as populações negra e indígena no Brasil foram as que preconizam a oferta de cotas raciais nas instituições de ensino superior” (SANTOS; SCOPINHO, 2016, p. 269). Sendo que as ações afirmativas

“trazem para o cerne do debate político e educacional a indagação sobre a forma como historicamente a direito à vivência da diversidade, com dignidade, e a efetivação da igualdade social e racial articulada à equidade e à justiça social vêm sendo construídos (GOMES, 2011, p. 115).

Por fim, “não há como negar que as ações afirmativas mexem com a ideologia da democracia racial brasileira e colocam em xeque o discurso da tão propagada identidade nacional inclusiva e diversa” (GOMES, 2011, p. 115). Sendo elas fundamentais para o estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária, representando com louvor o trabalho fundamental de movimentos negros que durante toda a história do nosso país, lutam de forma marginalizada pela educação livre, igualitária e para todos, uma vez que

“foi a partir das reivindicações e articulações políticas do movimento negro por melhores condições de vida para a população negra, que se tornou pauta do dia a falta de acesso desses sujeitos aos direitos sociais básicos (SANTOS; SCOPINHO, 2016, p. 268).

Entretanto, ainda se faz necessário a continuidade dessa luta, pois

e continua sendo um problema crucial para a educação dos negros no Brasil, um

velho problema. Isto explica por que os movimentos negros, embora convencidos da importância dos grupos de estudos, continuam a reivindicar educação escolar para todos (GONÇALVES; SILVA 2000, p. 157).

Conclusão

Este trabalho buscou analisar o movimento negro em seu protagonismo na educação brasileira na luta por direitos da população historicamente excluída. Demonstrando que a presença de reivindicações de movimentos negros descentralizados no Brasil é perceptível desde o Império. O movimento negro se estrutura mais fortemente a partir da década de 30 do século XX e tem o seu ápice na primeira década do século XXI. Através de uma penetração de âmbito nacional, uma influência internacional e uma aliança com os intelectuais progressistas da época, o ativismo preto consegue penetrar no campo político institucional. Assessorando governadores e prefeitos após a Nova República, obtém avanços expressivos em alguns estados e municípios, gerando experiências inovadoras no que tange à descolonização do currículo e dos materiais escolares, favorecendo o surgimento de uma sociedade justa e igualitária através da educação

O avanço do ponto de vista de políticas públicas educacionais, está diretamente ligado à atuação de tais movimentos em três ações interligadas. São elas i) denúncia, como forma de combate ao racismo; ii) formação de militância e iii) articulação política. Podemos colocar como resultado dessas atuações as leis 10.639/03 e 12.711/12, que respectivamente são a inserção de

história da África e cultura africana como parte obrigatória e transversal dos currículos de todas as escolas do Ensino público e privado do Brasil e a criação de cotas raciais em universidades públicas federais de todo o Brasil.

Sendo assim, reconhecemos o protagonismo dos movimentos negros em um processo de formulação e estabelecimento de políticas públicas educacionais amplas que superem a exclusão e o abandono histórico a essa população.

Tais temáticas são fundamentais para a formação de professores de todo o Brasil, bem como a conscientização de boa parte da sociedade brasileira que ainda possui uma discriminação velada e não aceita a equidade dos negros no contexto atual. Mas ainda há muito que se conquistar, seja pelos movimentos negros do século XXI ou por parte daqueles cidadãos que se consideram inclusivos. Os recentes dados em relação ao acesso, permanência e desempenho de negros nas Escolas Públicas do Brasil demonstram ainda a necessidade de um debate mais internalizado. Devemos pressionar todas as esferas políticas para que a dimensão extraescolar das políticas públicas educacionais não sejam alvo de alteração a cada onda ideológica que chega ao poder.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Castro. **Vozes d'África**. Bahia: Fundação Pedro Calmon, 2009.
- AQUINO, Júlio Aquino. **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.
- HOFBAUER, Andreas. Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”. In: BARBOSA, Lucia M.; SILVA, Petronilha B. G. e; SILVERIO, Valter R. **De preto a afrodescendente**: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EDUFSCAR, 2003.
- GOMES, Nilma L. Movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política e Sociedade**, Belo Horizonte, v.10, n. 18, 2011.
- GONÇALVES, Luíz A; SILVA, Petronilha B. G. e. Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 15, n.15, p. 134-158, 2000.
- KRAWCZYK, N. Pesquisa e formação em política educacional: um desafio interdisciplinar. **Olh@ares**, Guarulhos, v. 3, n. 2, nov. 2015.
- MUNANGA, Kabengele. A mestiçagem no pensamento brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. AQUINO, Julio Groppa (org.). **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- SANTOS, Elisabete F; SCOPINHO, Rosimeire A. Desigualdades raciais, mérito e excelência acadêmica: representações sociais em disputa. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 2, p. 267-279, abr. 2016.
- SANTOS, Juliana S. O discurso sobre as cotas raciais antes da Lei 12.711/2012: letramentos acadêmicos e a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 1-28, 2019.